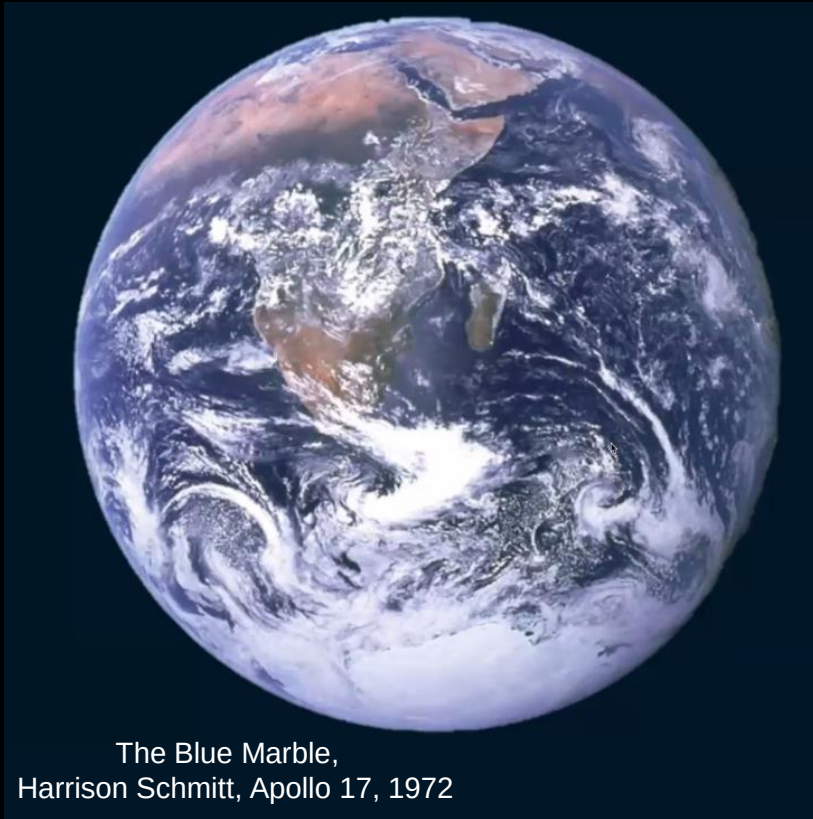


O compromisso das instituições de I&D para com a *Greening Research*

20 Outubro 2025, Diálogos UE Angola

Margarida Prado

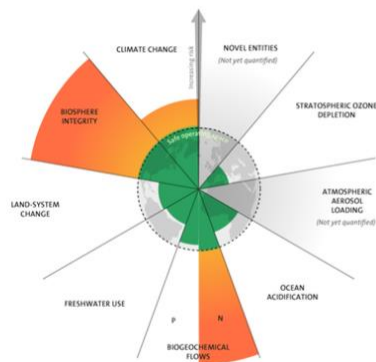
Alertas da Ciência



The Blue Marble,
Harrison Schmitt, Apollo 17, 1972

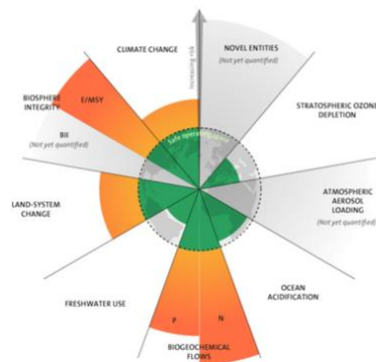
Tripla crise planetária
IPCC (1990-presente)
Basedo na melhor
evidência científica
disponível

2009



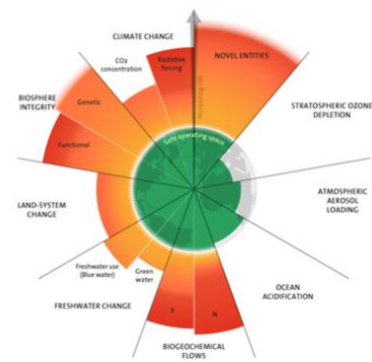
7 boundaries assessed,
3 crossed

2015



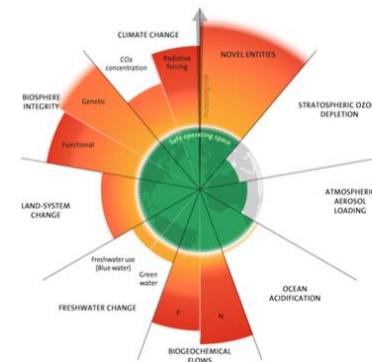
7 boundaries assessed,
4 crossed

2023



9 boundaries assessed,
6 crossed

2025



9 boundaries assessed,
7 crossed

- On 23 July 2025, the International Court of Justice gave an [Advisory Opinion](#) on the Obligations of States in respect of Climate Change
 - States are obliged to protect the environment from greenhouse gas emissions
 - A breach of these obligations is an internationally wrongful act (the State is internationally responsible, may have to pay reparations)
 - The actions of any State organ = actions of the State
 - And:
 - Reiterates the importance of the “best available science”
 - Due diligence for States includes **“the availability of scientific and technological information and the need to acquire and analyse such information”**; States are required to cooperate **“to promote studies, undertake research programmes, encourage the exchange of information and data, and to establish appropriate scientific criteria for regulations”**



Acordo
Heidelberg



2015

2016

2019

2021

2023

2024

2022 - Federação Europeia das Academias de Ciências e Humanidades (ALLEA), o sistema académico não é atualmente sustentável em termos climáticos¹.

2025 – OCDE Grupo trabalho sobre impacto ambiental da investigação

É reconhecida que atenção é necessária pelas organizações de I&D/agências à sustentabilidade ambiental nas suas operações e na atividade de investigação

Redução impacto ambiental das atividades de investigação: ética, credibilidade, com benefícios na economia de recursos, expansão de colaborações e potencial financiamento

Liderar pelo exemplo

¹ <https://allea.org/wp-content/uploads/2022/05/ALLEA-Report-Towards-Climate-Sustainability-of-the-Academic-System.pdf>

Do No Significant Harm Principle

Horizonte Europa

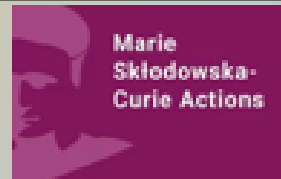
garantir que as atividades financiadas não causem danos significativos, e promovam o alcance da neutralidade C
EU Green Deal 2050

EU taxonomy regulation –

quadro legal que define critérios classificação de atividades económicas ambientalmente sustentáveis → ODS & EGD



Marie Curie Green Charter



Investigadores

- Integrar sustentabilidade no ciclo de um projeto
- Reduzir as emissões
- Prevenção e gestão de resíduos e desperdício
- Viagens
- Eventos

Instituições

- Dar apoio (*awareness*, financiamento)
- Compras verdes
- Infraestrutura digital, eventos híbridos
- Energia fonte renovável
- Partilha infraestruturas

Implementação

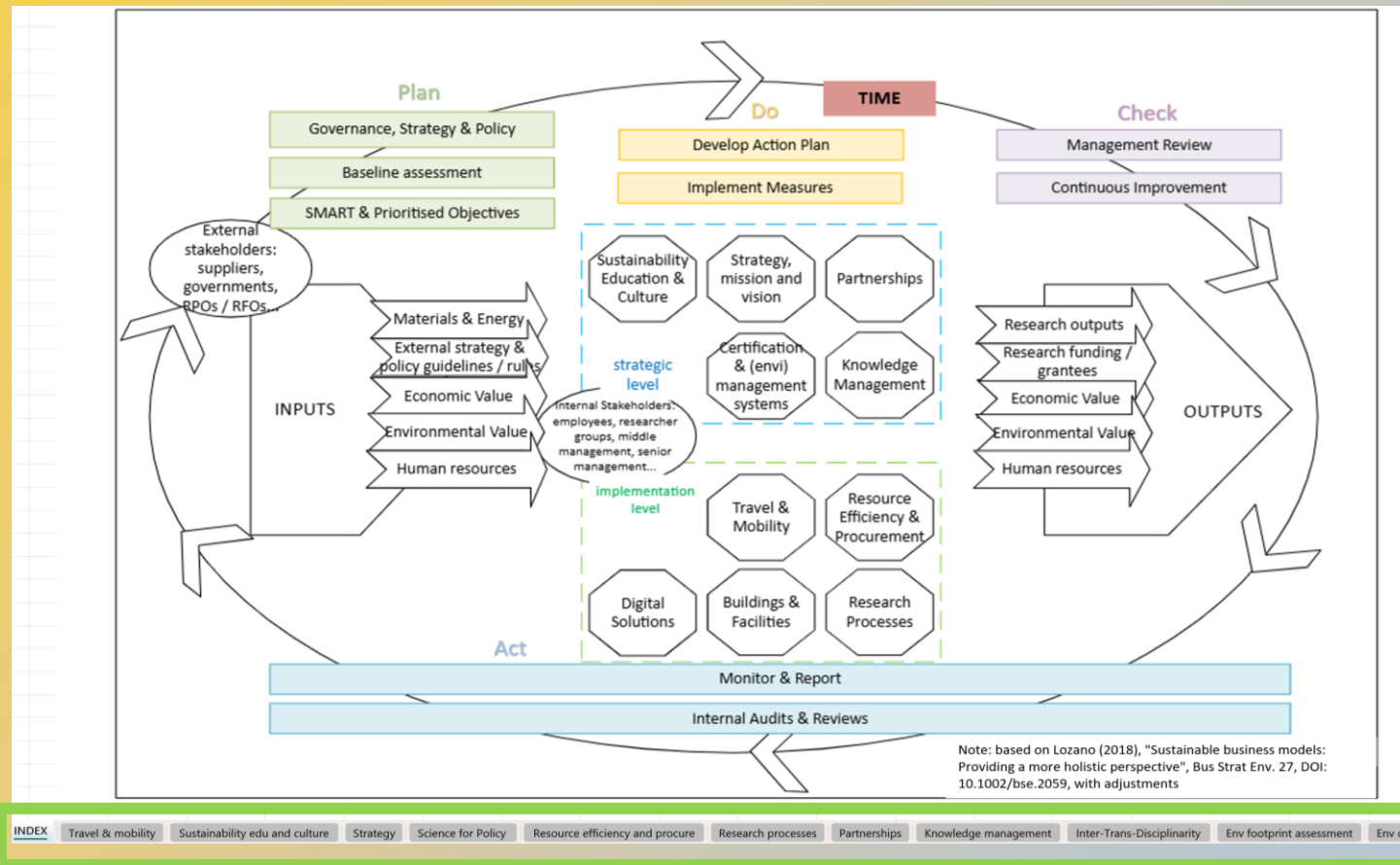
- Green Charter, não é vinculativo, mas é esperada com base no "melhor esforço"

Práticas e Desafios em Agências Europeias – Dimensão Científica

- Financiamento em temas na área da sustentabilidade (economia circular)
- Identificação do alinhamento candidaturas projectos com ODS
- Parcerias para o financiamento em desafios sociais
- DFG: Inclusão de considerações dirigidas a questões de sustentabilidade em sede de candidatura - planeamento e implementação de um projeto - variáveis possíveis: consumíveis, método experimental, equipamentos, materiais, viagens.
- Marie Curie Green Charter
- UK Concordat for the Environmental Sustainability of Research& Innovation Practice: acordo voluntário entre RPO e RFO, Atingir metas netzero 2050

Liberdade na Investigação
Investigação de Excelência

SE Task Force – Pegada de C em atividades de investigação



Práticas e Desafios em Agências Europeias – Dimensão da Infraestrutura

- Política de teletrabalho e conciliação com a vida familiar
- Processos de avaliação maioritariamente remotos
- Aferição da pegada de carbono (2016-2023, 76% decréscimo pegada C)
- Compras e aquisições com critérios verdes
- Política de viagens (condicionado a contexto e robustez sistema transportes)
- Certificação (ex: ISO14001; GreenLabs, MyGreenLabs; LEAF; Sparkhub)
- Digitalização de processos



- Benefícios:

Eficiência, utilização responsável e economia de recursos, menor logística



Obrigações de Reporte em Energia & Clima



- EcoAP.2030 (FCCN/ Programa de eficiência de recursos na Administração Pública)
- Plano Nacional de Energia e Clima (reporte bianual)
Regulation (EU) 2018/1999 on the Governance of the Energy Union and Climate Action
- Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (reporte bianual)
Regulation EU 2018/1999
- Biennial transparency report
(UNFCCC - CC impacts and adaptation under Article 7 of the Paris Agreement)

Questões em Aberto e Transversais:

Garantir Excelência e a Liberdade na Investigação e como conciliar com critérios para a sustentabilidade na avaliação da investigação

Desenvolver políticas de ciência dirigidas à sustentabilidade das atividades de investigação (diversidade de contextos EU)

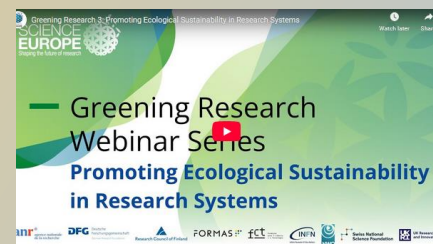
Capacitação e financiamento (escala: do investigador/policy maker à organização/agência)

Equipar tanto comunidade científica como as agências financiadoras com os meios para reportes necessários

Tornar disponível a melhor evidência científica (Ciência Aberta)

Conteúdos disponíveis online Greening Research

Webinars & Publicações



Obrigada



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Significant harm to environmental objectives

1. For the purposes of point (b) of Article 3, taking into account the life cycle of the products and services provided by an economic activity, including evidence from existing life-cycle assessments, that economic activity shall be considered to significantly harm:

- (a) climate change mitigation, where that activity leads to significant greenhouse gas emissions;
- (b) climate change adaptation, where that activity leads to an increased adverse impact of the current climate and the expected future climate, on the activity itself or on people, nature or assets;
- (c) the sustainable use and protection of water and marine resources, where that activity is detrimental:
 - (i) to the good status or the good ecological potential of bodies of water, including surface water and groundwater; or
 - (ii) to the good environmental status of marine waters;
- (d) the circular economy, including waste prevention and recycling, where:
 - (i) that activity leads to significant inefficiencies in the use of materials or in the direct or indirect use of natural resources such as non-renewable energy sources, raw materials, water and land at one or more stages of the life cycle of products, including in terms of durability, reparability, upgradability, reusability or recyclability of products;
 - (ii) that activity leads to a significant increase in the generation, incineration or disposal of waste, with the exception of the incineration of non-recyclable hazardous waste; or
 - (iii) the long-term disposal of waste may cause significant and long-term harm to the environment;
- (e) pollution prevention and control, where that activity leads to a significant increase in the emissions of pollutants into air, water or land, as compared with the situation before the activity started; or
- (f) the protection and restoration of biodiversity and ecosystems, where that activity is:
 - (i) significantly detrimental to the good condition and resilience of ecosystems; or
 - (ii) detrimental to the conservation status of habitats and species, including those of Union interest.

2. When assessing an economic activity against the criteria set out in paragraph 1, both the environmental impact of the activity itself and the environmental impact of the products and services provided by that activity throughout their life cycle shall be taken into account, in particular by considering the production, use and end of life of those products and services.